
ÍNDICE SISTEMÁTICO

Abreviaturas e siglas usadas	13
Apresentação	15
Capítulo 1 – Gênese do direito	17
1. Escola jusnaturalista ou do direito natural	18
1.1. Origem do jusnaturalismo	18
2. Escola teológica	20
2.1. Origem da escola teológica	20
3. Escola racionalista ou contratual	21
3.1. A concepção do direito do ponto de vista racionalista	21
4. Escola histórica do direito	22
5. Escola Marxista	23
5.1. Origem e concepção do direito	23
6. Escola sociológica do direito	24
6.1. Origem e concepção sociológica do direito	25
Capítulo 2 – Função social do direito	29
7. A presença do direito na sociedade	29
7.1. Atividades de cooperação e de concorrência	30
7.2. Características da atividade de concorrência	31
8. O conflito de interesse e a sua composição	32
9. Função preventiva do direito	33
10. Função compositiva do direito	34

11. Critérios de composição de conflitos	35
11.1. O critério da composição voluntária	36
11.2. O critério autoritário	36
11.3. O critério da composição jurídica e suas características ..	37
11.4. A função social do direito na atual ordem jurídica brasileira	38
Capítulo 3 – Conceito sociológico do direito	41
12. Normas de conduta	41
13. Características das normas de conduta	42
13.1. A obrigatoriedade	42
13.2. A sanção	44
14. Origem das normas de conduta	44
14.1. A escola monista	45
14.2. A escola pluralista	45
15. Provisoriedade e mutabilidade das normas de direito	46
16. Conceito sociológico do direito	48
Capítulo 4 – Fatores da evolução do direito	49
17. Fatores econômicos	49
17.1. Influência do fator econômico sobre o direito romano	50
17.2. Influência do fator econômico sobre o direito moderno ..	51
18. Fatores políticos	53
19. Fatores culturais	55
19.1. O que é cultura?	56
20. Fatores religiosos	57
20.1. Influência da religião sobre o direito	58
20.2. Outros fatores sociais	58
Capítulo 5 – Fontes do direito	61
21. Conceitos e espécies	61
22. Fontes materiais ou de produção	62
23. As fontes mais importantes do ponto de vista sociológico	63
24. O costume – conceito e elementos	63

24.1. Origem e expansão do costume	64
24.2. O papel do costume	65
24.3. Espécies de costume	66
25. A jurisprudência	67
25.1. Papel da jurisprudência em roma	68
25.2. O papel da jurisprudência nas sociedades modernas	69
25.3. O papel da jurisprudência nas sociedades legalistas	69
25.4. Exemplos de jurisprudência transformada em lei	74
25.5. Relação entre a jurisprudência e o costume	75
26. A lei	75
26.1. Semelhança e distinção entre a lei e o costume	76
26.2. Sistema preferido – o costume ou a lei?	77
Capítulo 6 – A autonomia da sociologia jurídica como ciência e suas relações com outras ciências sociais	79
27. Autonomia científica da sociologia jurídica	79
28. A teoria tridimensional do direito	80
28.1. Diferença entre a sociologia jurídica e a ciência do direito	82
28.2. Distinção entre a sociologia jurídica e a filosofia do direito	82
29. A eficácia, a vigência e o fundamento	85
29.1. A eficácia	85
29.2. A vigência	86
29.3. O fundamento	86
30. O ser e o dever ser	87
31. A história do direito	88
32. Relação da sociologia jurídica com os demais ramos do direito	89
Capítulo 7 – Importância do estudo das ciências sociais e da sociologia jurídica em especial	91
33. O desenvolvimento científico	91
34. Efeitos do progresso científico no mundo social	93
35. A importância das ciências sociais	94

36. Importância da sociologia jurídica	95
Capítulo 8 – Objeto da sociologia jurídica	97
37. O objeto da sociologia jurídica	97
38. O entendimento de Émile Durkheim	97
39. O pensamento de Georges Gurvitch	98
40. O objeto da sociologia jurídica na concepção de Edmond Jorion	99
41. O objeto da sociologia jurídica segundo Recaséns Siches	99
42. A posição de Renato Treves	102
Capítulo 9 – Eficácia das normas jurídicas e seus efeitos sociais	103
43. A noção de validade	103
44. A noção de eficácia	104
45. Efeitos da norma	105
46. Eficácia da lei	105
47. Efeitos positivos da lei	106
47.1. O controle social	107
47.2. Efeito educativo da norma	108
47.3. Efeito conservador da norma	109
47.4. Efeito transformador da norma	110
48. Efeitos negativos da norma	112
48.1. Efeitos negativos pela ineficácia da lei	112
48.2. Efeitos negativos pela omissão da autoridade em aplicar a lei	114
48.3. Efeitos negativos pela falta de estrutura adequada à apli- cação da lei	116
Capítulo 10 – Aspectos sociojurídicos de algumas áreas do sistema jurídico brasileiro	121
49. O sentido sociológico da constituição	122
50. Constituição e democracia	124
50.1. Características da Constituição Brasileira de 1988	125

51. Direito de família	127
51.1. Divórcio	127
51.2. A situação da companheira e dos filhos ilegítimos	127
51.3. Soluções legais paliativas antes do divórcio	129
51.4. A introdução do divórcio na legislação brasileira	130
51.5. A situação da companheira e dos filhos após a Constituição de 88	130
51.6. União de pessoas do mesmo sexo	132
52. Direito penal	133
53. Violência urbana e poder paralelo	133
53.1. As milícias	138
53.2. Unidades de Polícia Pacificadora – UPPS	138
54. Criminalidade de colarinho-branco (<i>White Collar Crime</i>)	140
55. A macrodelinquência	143
56. Considerações gerais	145
57. Direito financeiro e tributário	146
58. Direito do trabalho	147
58.1. Interferência das forças sindicais no processo de formação do direito do trabalho	147
59. Leis protetivas dos mais fracos	148
59.1. O Código do Consumidor	150
59.2. A responsabilidade objetiva do fornecedor de produtos ou serviços	151
59.3. A concepção social do contrato no Código do Consumidor	152
59.4. O estatuto do idoso	153
59.5. A Lei Maria da Penha	154
59.6. As leis de cotas raciais. Ações afirmativas	156
59.7. Ações afirmativas: a evolução do instituto no direito comparado	159
59.8. A Lei de Cotas no Estado do Rio de Janeiro	161
 Capítulo 11 – Instrumentos humanos de realização da ordem jurídica	 167
60. Poder Legislativo	168

60.1. Eleição dos Legisladores	169
60.2. O papel desempenhado pela Justiça Eleitoral	173
61. Poder Judiciário	174
62. Estrutura do judiciário brasileiro	176
62.1. Estrutura da Justiça Estadual	177
62.2. Organização da Justiça Federal	179
62.3. Estrutura da justiça especial	179
62.4. Função do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal	180
62.5. A crise no judiciário em nosso país	180
63. Causas da crise do judiciário brasileiro. Repercussão geral e recursos repetitivos	182
Capítulo 12 – Sistemas de escolha dos magistrados	189
64. Sistema eletivo	190
65. Sistema da nomeação	192
66. Sistema do concurso público	192
67. O sistema utilizado no Brasil	194
68. Aprimoramento do nosso sistema	195
68.1. Perfil da magistratura brasileira	198
68.2. Limites da atividade criadora do juiz no estado democrático de direito	201
Capítulo 13 – Razões sociais das garantias constitucionais dos magistrados	205
69. A vitaliciedade	208
69.1. O objetivo da vitaliciedade	208
70. A inamovibilidade	209
71. A irredutibilidade de vencimentos	209
72. O Ministério Público, a Defensoria Pública e o advogado	211
73. O ensino superior	213
Capítulo 14 – A opinião pública	217
74. Concepção de opinião pública	217

74.1. O poder da mídia na formação da opinião pública	219
75. Importância da opinião pública	221
76. O sentimento coletivo de justiça	222
77. A opinião pública sobre o direito e sua utilidade social.....	223
78. A opinião pública sobre as instituições jurídicas	225
Capítulo 15 – O método da sociologia jurídica	227
79. Conceito de método	227
80. O método utilizado pela sociologia jurídica	228
80.1. A observação	229
80.2. A observação nas sociedades contemporâneas de tipo primitivo	231
80.3. A observação nas sociedades desaparecidas	232
81. A interpretação	232
82. A comparação	234
Capítulo 16 – Direito e anomia	237
83. Noção de anomia	237
84. Causas do comportamento anômico (ou de desvio).....	238
85. O pensamento de Durkheim sobre a anomia	239
86. O pensamento de Robert K. Merton sobre a anomia	241
86.1. Tipos de comportamento identificados por Merton	242
86.2. Comportamentos de desvio	245
87. Educação no combate à desigualdade	247
Bibliografia	253
Índice alfabético-remissivo	257

Nota da Editora: o Acordo Ortográfico foi aplicado nesta obra, exceto nas citações.